manchete

i	**Periodicidade:**	Diária	**Temática:**	Sociedade
	Classe:	Informacão Geral	**Dimensão:**	1479 cm^2
	Âmbito:	Nacional	**Imagem:**	S/Cor
03-05-2019	**Tiragem:**	14000	**Página (s):**	1/2/3

Edição fim de semana

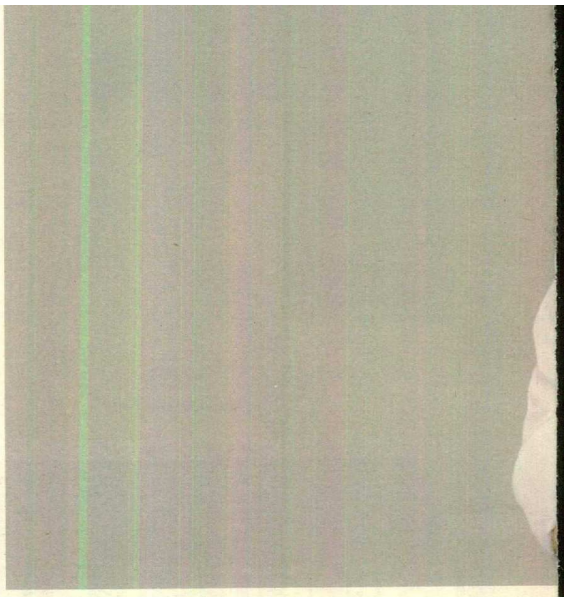
Da trotinete para o hospital

ENFARTES. MAIS DE 40% DOS DOENTES NÃO CHAMAM O 112

Fraude. Chefe de gabinete na mira da Judiciária pede demissão

manchete

i	Periodicidade:	Diária	Temática:	Sociedade
	Classe:	Informacão Geral	Dimensão:	1479 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
03-05-2019	Tiragem:	14000	Página (s):	1/2/3



Adelino Mendes foi um dos visados na operação levada a cabo pela Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária

FACEBOOK ADELINO MENDES

Fraude. Chefe de gabinete na mira da PJ pede demissão

Adelino Mendes foi vice-presidente do Agrupamento Complementar de Empresas Somos Ambiente, que está a ser investigado. Pedido de demissão já foi aceite, informou o MAI.

CARLOS DIOGO SANTOS
carlos.santos@ionline.pt

O chefe de gabinete do secretário de Estado da Proteção Civil, Adelino Gonçalves Mendes, é um dos alvos da mega operação da Polícia Judiciária que ontem levou a cabo quase três dezenas de buscas e culminou com a constituição de 19 arguidos. O inquérito, a cargo do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), investiga um esquema fraudulento que permitia a diversas empresas obterem benefícios, nomeadamente fundos comunitários a que não tinham direito – além disso, ao que o *i* apurou, o dinheiro, em muitos casos, serviu para comprar bens de luxo e não para os fins devidos.

Ontem à tarde, estas suspeitas acabaram por levar Adelino Mendes a pedir a sua demissão.

Em causa estão crimes de fraude na obtenção de subsídio, fraude fiscal qualificada, branqueamento e falsificação de documento. A investigação dura já há dois anos – em 2017 já havia sido constituídos dezenas de arguidos e levadas a cabo mais de meia centena de buscas.

"No âmbito do mesmo inqué-

manchete

i	Periodicidade: Diária	Temática: Sociedade	
	Classe: Informacão Geral	Dimensão: 1479 cm²	
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor	
03-05-2019	Tiragem: 14000	Página (s): 1/2/3	

rito, em datas anteriores, haviam já sido realizadas 54 buscas (algumas fora de território nacional) e sido constituídos 52 arguidos (pessoas singulares e coletivas) pelo que, no total, o inquérito tem, neste momento, 73 arguidos", referiu na tarde de ontem fonte oficial.

Segundo o mesmo comunicado do DCIAP, na sequência da emissão de "26 mandados de busca", foram feitas "diligências em vários locais do país". O MP esclarece ainda que 11 dos 19 arguidos são empresas.

Nos trabalhos de ontem participaram "três magistradas do Ministério Público, duas peritas, Inspetoras Superiores da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, e uma equipa mista da Polícia Judiciária e da Autoridade Tributária – Direção de Serviços de Investigação da Fraude e Ações Especiais (DSIFAE)".

AS LIGAÇÕES DE ADELINO MENDES AO PROCESSO No despacho de nomeação de Adelino Mendes é possível verificar que, além das funções públicas desempenhadas (já tinha sido secretário de Estado por mais do que uma vez e vereador da Câmara Municipal de Pombal), ocupou o cargo de vice-presidente do Agrupamento Complementar de Empresas Somos Ambiente.

Segundo o *DN*, o agrupamento de empresas, que tem sede na Chamusca e se dedica à reciclagem e tratamento de resíduos hospitalares, será um dos visados na investigação do DCIAP.

O também antigo líder concelhio do Partido Socialista de Pombal foi assim constituído arguido e alvo de buscas dadas estas ligações.

Ontem, pouco passava das 18h quando o Ministério da Administração Interna informou que este caso tinha levado o chefe de gabinete do Secretário de Estado da Proteção Civil a pedir a demissão, adiantando que a mesma fora aceite: "Na sequência da constituição como arguido em processo relativo à sua atividade profissional anterior ao exercício de funções no Gabinete do Secretário de Estado da Proteção Civil, o Dr. Adelino Gonçalves Mendes pediu a exoneração das funções de Chefe do Gabinete. O pedido foi aceite pelo Secretário de Estado da Proteção Civil".

Na primeira parte desta operação, em 2017, foram feitas buscas em território alemão

Nesta investigação está em causa o crime de fraude na obtenção de subsídio

A PRIMEIRA PARTE DA OPERAÇÃO Segundo a PJ informou em 2017, quando foram feitas as primeiras diligências desta operação, "a fraude consistia essencialmente na sobrefaturação de máquinas e equipamento com vista ao inflacionamento de incentivos a receber no âmbito do QREN". Nesse ano, além da constituição de arguidos, foram apreendidos e apreendidos "12 veículos de gama alta, para além de diverso material relacionado com a prática da atividade criminosa em investigação".

Nesse ano foram feitas buscas não domiciliárias em território alemão, pelo que se pode concluir que para os investigadores o esquema teria ligações àquele país.

Ferrari, McLaren, Porsche e BMW

Entre os veículos de luxo apreendidos há dois anos estavam, segundo foi noticiado, um Ferrari e um McLaren, mas também alguns Porsche e BMW. As autoridades acreditam que estes carros, apreendidos aos arguidos, foram adquiridos com dinheiro proveniente de apoios comunitários.

Citações

"Nesta operação participam 3 magistradas do Ministério Público, 2 peritas, Inspetoras Superiores da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, e uma equipa mista da Polícia Judiciária e da Autoridade Tributária"

"Investiga-se a prática de crimes de fraude na obtenção de subsídio, fraude fiscal qualificada, branqueamento e falsificação de documento"

"No âmbito do mesmo inquérito, em datas anteriores, haviam já sido realizadas 54 buscas (algumas fora de território nacional) e sido constituídos 52 arguidos (pessoas singulares e coletivas), pelo que, no total, o inquérito tem, neste momento, 73 arguidos"

"Para além das buscas, foi também ordenada a constituição de 19 arguidos (8 pessoas singulares e 11 pessoas coletivas)"

Comunicado
DEPARTAMENTO CENTRAL DE INVESTIGAÇÃO E AÇÃO PENAL